

Sustentabilidade enquanto Prática Social: uma construção teórica a partir dos estudos do Schatzki e da Shove

Resumo

A temática sustentabilidade tomou ampla proporção nos debates de várias áreas ao longo dos últimos anos. Esta expansão da discussão acerca do tema não gerou avanços em termos de ações práticas de mesma proporção. Estudiosos das práticas, dentre eles o Schatzki, passaram ser utilizados como subsídios para ampliar a narrativa a respeito de como institucionalizar a sustentabilidade. Neste sentido uma vertente passou a entender que a tentativa de conscientizar para buscar a sustentabilidade não gerava a mudança de paradigma desejada, passando, então a advogar que era necessário torna sustentabilidade em prática social, ou seja, algo cotidiano. Este ensaio traz esta discussão à baila almejando argumentar sobre a construção teórica do conceito de sustentabilidade enquanto prática social.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Prática Social, Ontologia de sites.

1 Introdução

A discussão acerca da temática sustentabilidade vem sendo intensificada ao longo dos anos, sobretudo, nas duas últimas décadas. O tema virou “moda” e todos querem estar a par de algo relacionado a tal assunto. Os debates são acalorados e esmiúçam a necessidade de mudanças frente às demandas relacionadas ao meio ambiente. Neste cenário, a tomada de consciência foi colocada como “santo graal”. É como se por meio de debates e esclarecimentos as pessoas modificassem seu comportamento perante o meio ambiente. Contudo, alguns estudos (SHOVE, 2010, 2012, 2012a, 2012b; SHOVE; PANTZAR e WATSON, 2012; CHAPPELLS; MEDD; SHOVE, 2013) advogam que a sustentabilidade não será alcançada pela mudança comportamental advinda da conscientização.

Um ponto em comum dentre os estudos desenvolvidos no âmbito da sustentabilidade é a necessidade de mudança de paradigma no que diz respeito ao modo de vida das pessoas. No entanto, como existem múltiplas abordagens e olhares, são geradas proposições confusas e até opostas entre si. Este cenário resulta em uma panaceia de fatores que podem impulsionar as pessoas em direção a uma vida sustentável, mas que só o fazem no discurso, pois na prática não conseguem dar conta da mudança necessária para tanto (SHOVE, 2010). Não se negam os avanços teóricos na área, muito menos os projetos e leis que visam tornar a sociedade sustentável. O que se sinaliza é que, em alguns casos, as intenções estejam se sobrepondo a prática, isto é, em muitos casos, a indicação de fatores que acarretam a sustentabilidade não tem, necessariamente, chegado ao fim visado: uma sociedade sustentável.

Diante disso, passou-se a enfatizar que, além de apontar os fatores que conduzem à sustentabilidade, tais como: os indicadores de sustentabilidade e a pegada ecológica, é fundamental fazer com que os indivíduos tomem consciência de seu papel. Pois, só assim estes seriam capazes de mudar seus comportamentos. Desse modo, a educação teria um papel de destaque, visto que seria o principal meio para promover a conscientização. Entretanto, abordar a sustentabilidade sob uma ótica comportamental não tem resultado em efeitos significativos. Na verdade, este processo remete a uma atribuição de responsabilidade a individualidade, o que não resulta em avanços reais, em contextos mais amplos (BARNES, 2001; UZZELL, 2008).

Ao fazer um exame de relatórios emitidos nas conferências mundiais, relacionadas à temática, Shove (2010) observa que estes são pautados pelo modelo ABC - *Attitude, Behavior, Change* (Atitude, Comportamento, mudança) e esquecem de outras análises possíveis. Este modelo pressupõe uma tomada de consciência dos problemas ambientais, a qual resultaria em uma atitude que enseja um comportamento favorável ao ambiente resultando em uma mudança nas escolhas individuais, sendo possível, assim, se obter como resultante a sustentabilidade. Desse modo os estudos que têm permeado a agenda de pesquisa neste campo teórico focam na

tentativa de persuadir os indivíduos a empreenderem uma mudança comportamental.

Muitas das ações empreendidas pelos governantes em direção às questões relacionadas com o meio ambiente são voltadas à tentativa de educar a população no intento de que esta se conscientize de suas atitudes e modifique seu comportamento escolhendo, assim, opções de vida sustentáveis. Entretanto, tal modelo apresenta falhas, pois, ao apontar os *drivers* impulsionadores da mudança comportamental individual e ao mesmo tempo evidenciar que os comportamentos estão arraigados no contexto social, há uma incongruência nos pressupostos. Como afirma Uzzell (2008, p. 4), “tentar persuadir as pessoas a consumir e desperdiçar menos por meio de programas de mudança de comportamento não irá resolver problemas maiores e mais significativos relativos à maneira como as pessoas precisam ou pensam que precisam viver e consumir”.

As teorias da prática sugerem que a transição para a sustentabilidade na sociedade atual não está relacionada diretamente a decisões políticas que visem “persuadir os indivíduos a fazerem sacrifícios [...] ou aumentar a eficiência com que são cumpridos os padrões atuais” (SHOVE, 2010, p. 1278). Ou seja, não é a condução de mudança comportamental, sacrificando o estilo de vida, diminuindo, por exemplo, o consumo e propiciando a melhoria da eficiência no uso dos recursos, mantendo os padrões atuais que irão nos levar a uma sociedade sustentável. “Em vez disso, a inovação social relevante é aquela em que as regras atuais do jogo são corroídas; em que o *status quo* é posto em questão; e em que regimes mais sustentáveis [...] tomam posse de todos os domínios da vida diária” (SHOVE, 2010, p. 1279). Assim, não se vislumbra uma mudança comportamental que possibilite a manutenção dos padrões atuais de modo eficiente e sim uma mudança de paradigma transformando a sustentabilidade em prática.

1 Discutindo Sustentabilidade

O debate sobre a necessidade de desenvolvimento sustentável é amplo, complexo e controverso, ao mesmo tempo. É consenso que os recursos são esgotáveis e que é preciso analisar a forma como as pessoas estão usufruindo deles. Nos últimos anos surgiram muitas notícias sobre o acontecimento de desastres ambientais. Tópicos como efeito estufa, aquecimento global, queimadas, enchentes, desmatamento, contaminação do solo, falta de água e poluição, fazem parte da realidade das diferentes pessoas e organizações que compõem a sociedade atual.

A ênfase na necessidade de preservar o meio ambiente se tornou mais evidente ao longo dos últimos anos, o que mobilizou a atenção da sociedade em geral, suscitando mais debates na comunidade científica mundial. Neste contexto, discussões acaloradas emergem, tanto entre os governantes mundiais que tentam buscar soluções conjuntas a fim de que o desenvolvimento, sobretudo, industrial, não ocorra ao custo de agressões à natureza, quanto na sociedade civil, que por estar mais informada, pressiona as organizações, no sentido de buscarem a adaptação de suas atividades, a fim de ofertarem produtos e serviços que não gerem danos ambientais.

Ao longo dos anos o ser humano passou a tomar a natureza como sua, impingindo sua vontade e transformando os ambientes naturais ao seu bel prazer. Como apontado por Berger e Luckmann (1967) o homem é o único ‘animal’ que não possui um ambiente natural específico, podendo assim, se estabelecer em qualquer meio, desde que altere as condições e especificidades deste, adaptando-as a sua sobrevivência. Este fato levou os indivíduos a criarem organizações em praticamente todos os meios naturais, modificando os espaços conforme suas regras existenciais e seus desejos.

Assim, a sociedade passou a ser regida com base no tecnocentrismo (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995), sendo a natureza relegada a um plano inferior, o que acarretou o cenário de degradação ambiental atual, o qual ameaça, inclusive, a sobrevivência do próprio ser humano. Conforme Nietzsche (2000), o indivíduo tende a se conceber como o ‘centro do

mundo'. Por esta perspectiva, o ser humano está sendo pautado pelo paradigma etnocêntrico, o qual surgiu com a revolução científica e emergência do liberalismo e vem predominando na sociedade por séculos, sendo, atualmente, dado como certo (*taken for granted*), em muitas revistas e jornais da área de gestão (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Por esta abordagem, a natureza serviria ao ser humano, sendo passiva perante suas ações. No entanto, as catástrofes ambientais vivenciadas nos últimos anos mostram que a natureza oferece respostas às atitudes humanas.

Em oposição a esta visão de mundo surge outra vertente que defende o paradigma ecocêntrico, o qual advoga que a natureza e seus ecossistemas constituintes possuem valor em si, independente da vontade humana, e que havendo um desequilíbrio em sua dinâmica, a própria vida humana poderia ser eliminada. Este paradigma é encabeçado por ativistas que buscam defender os direitos da natureza, dos animais, da ecologia, da terra, da agricultura orgânica, dentre outros (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Sob esta ótica, o ser humano está indo de encontro à sua própria existência ao destruir o equilíbrio da natureza, pois a satisfação de suas necessidades deveria ser pautada pela manutenção da integridade e estabilidade do meio ambiente, favorecendo, inclusive, a preservação da ordem natural do contexto no qual está inserido, alterando apenas o necessário à sua existência.

Diante destas visões diametralmente opostas surge o paradigma da sustentabilidade (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995), que visa propiciar condições dignas de vida aos indivíduos sem que a natureza seja transformada apenas para satisfazer seus desejos. A proposta é buscar um equilíbrio entre a vontade do ser humano e o respeito à natureza. Este paradigma “representa uma síntese emergente, uma tentativa de uma integração maior e mais profunda que, esperamos, possa se desdobrar mais e envolver mais” (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995, p. 890).

No paradigma dominante o ambiente natural é visto como um repositório de recursos, em forma de matérias-primas, que estão à disposição para transformações em produtos que venham a suprir as necessidades humanas. Sendo os seres humanos percebidos como agentes exteriores à natureza, o que os permite atuar como atores dominantes que vislumbram, preferencialmente, o atendimento dos ditames do mercado. No paradigma emergente, denominado sustentabilidade, a visão é holística e integrativa, sendo os seres humanos parte da natureza (VOS, 2007).

Contudo, o paradigma da sustentabilidade, ainda, está muito incipiente, sobretudo, se refletirmos sobre o fato de que as sociedades possuem significações bastante arraigadas e não se muda a realidade social sem a promoção de transformações nos valores e crenças sociais, sendo este processo de mudança lento e gradual. Foucault (2007) afirma que a construção dos conhecimentos a respeito dos fatos é um processo histórico e cultural, no qual cada cultura cria seus próprios valores e significados acerca das coisas, os quais podem se modificar ao longo do tempo, sendo recriados ou ressignificados.

O cenário atual induz as organizações a pautarem suas atividades de modo sustentável, pois, tanto as legislações quanto a sociedade civil as pressionam a atuarem de modo que não haja danos ao meio ambiente ou que tal dano seja minimizado ou que haja algum tipo de compensação ao dano causado. Este contexto é, também, fruto da visibilidade cada vez maior dos desastres ambientais, tais como: terremotos, tsunamis, derretimento das calotas polares, desmatamento, entre outros. Além disso, a escassez de recursos, sobretudo, os não renováveis, inflige uma pressão socioeconômica, a exemplo o incentivo ao uso de energias renováveis. Estas questões levam os governos mundiais e organizações multilaterais a criarem conferências e debaterem sobre a necessidade de criar leis, visando diminuir os danos causados à natureza.

A sociedade passa a demandar por produtos e serviços sustentáveis. Assim, pressionadas pelas normas legais, pelos consumidores e pelo próprio mercado, as organizações passam a buscar meios de desenvolver suas atividades em conformidade com as demandas por

sustentabilidade. Entretanto, em geral, não se visualiza uma mudança nos modos de pensar sobre a relação estabelecida entre as organizações e a sociedade. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são concepções diferentes. Esta distinção nem sempre é feita, pelo menos não de modo claro, e isso pode gerar confusões.

O desenvolvimento sustentável está relacionado à busca de continuidade dos modos de vida atuais, havendo a preocupação em permitir que hajam recursos a serem explorados e consumidos no futuro, assim, a relação ser humano-natureza permanece a mesma. Neste sentido, enfatiza-se que o sistema produtivo foi impulsionado pela necessidade de atender a uma demanda crescente à época da revolução industrial, mas que, pelo fato de a população ter crescido, os padrões de consumo, na forma como se constituem hoje, se tornaram insustentáveis. Neste cenário, os adeptos do desenvolvimento sustentável defendem que atividades econômicas devem continuar crescendo, mas que devem ser desenvolvidas de modo que se permita a renovação dos recursos naturais a serem explorados no futuro. A sustentabilidade, ao contrário, se constitui enquanto um novo paradigma e, portanto, exige mudanças no modo como nos relacionamos com o meio, nas esferas social, ambiental, política, econômica e ética.

1.1 Diferentes sentidos em um único conceito: sustentabilidade

O tópico sustentabilidade ganhou amplo destaque e atualmente se fala neste termo de forma corriqueira. Além disso, foram criados múltiplos conceitos, tais como: gestão ambiental, responsabilidade social, ecoeficiência, os quais visam modificar a realidade organizacional atual e que são muitas vezes confundidos com sustentabilidade, mas não o são. Este fato poderia estar contribuindo para avanços em direção a sua consolidação, no entanto, a palavra sustentável tem sido usada de forma vaga (ENGELMAN, 2013) para se referir a múltiplas realidades.

Uso do termo sustentável pode gerar, nas pessoas envolvidas, uma sensação falsa de que elas estão fazendo algo que terá durabilidade e não afetará o ambiente. Além disso, o uso da “noção de sustentabilidade [...] de forma generalizada pode gerar a falsa ideia de que há um consenso sob todos os discursos que se constroem em torno desta [...]” (CARVALHO, 2007, p. 2). Desse modo, a disseminação do termo sustentabilidade não vem contribuindo muito para a mudança social em direção a hábitos mais saudáveis no que diz respeito à busca de uma sociedade sustentável.

A sustentabilidade foi concebida inicialmente pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (1988), em seu relatório nosso futuro comum, como atendimento das necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Este documento deveria servir de base à realização de ações e atividades desenvolvidas pelas empresas, instituições e governos. Todavia, esta definição é bastante ampla e hoje o tema está difundido em múltiplas realidades e em diferentes níveis de análise, o que denota a necessidade de destrinchar melhor uma conceituação de sustentabilidade.

Conforme Carvalho (2007, p. 3) sustentabilidade é um conceito polissêmico, para o qual existem múltiplos sentidos, “podendo ser pensado mais como um conceito em disputa do que uma categoria descritiva e estável”. Tal fato encontra uma justificativa por ser este um conceito utilizado para dar vazão a interesses e projetos diversos, os quais se passam em contextos sociais e discursivos variados e distintos. Podem ser enumeradas pelo menos três aplicações para o termo sustentabilidade, quais sejam: empírica, ideológica e como modelo de compreensão da realidade (CARVALHO, 2007).

A sustentabilidade enquanto fenômeno empírico diz respeito a processo, atividades e ações ditas sustentáveis. Esta aplicação é mais comum nos domínios da política e da economia. No que concerne ao campo político, visualiza-se esta aplicação no contexto das políticas

públicas, as quais buscam regulamentar a atuação dos indivíduos em relação ao meio ambiente, com vistas à diminuição do impacto sofrido por este. Estas políticas são aplicadas por meio de mecanismos, como: impostos ecológicos, subsídios, legislação ambiental, fiscalização, penalização, os quais visam promover mudanças no comportamento de compra e uso dos recursos provindos da natureza (CARVALHO, 2007). No âmbito econômico relaciona-se a sustentabilidade a “procedimentos tecnológicos (tecnologias brandas), regulações de mercado (princípio poluidor-pagador; certificações de qualidade [...]; emissão de cotas de desenvolvimento limpo)” (CARVALHO, 2007, p. 3). Podem ser também inseridas neste contexto as ações voltadas ao empreendedorismo sustentável, as quais visam a criação de negócios focados em questões sociais e ambientais (GERLACH, 2006). O fato de estas ações muitas vezes serem restritas a determinados ambientes não as eximem de significado, contudo elas não geram uma mudança social consistente, em nível macro.

No que diz respeito à sustentabilidade vista como uma ideologia suscita-se críticas ao conceito. Situam-se aqui os defensores do desenvolvimento sustentável que objetivam promover o desenvolvimento permitindo que os recursos se renovem e possam ser utilizados por outras gerações. Neste sentido, não seria necessária a modificação nas relações entre indivíduos, sociedade, natureza e meio ambiente. Existem muitas críticas à sustentabilidade enquanto ideologia, pois, advoga-se que a mesma não passa de uma ‘maquiagem’, ou seja, não é real, se constitui apenas como uma imagem exposta, mas o sistema seria o mesmo. Assim, existe uma disputa sobre qual seria o verdadeiro significado legítimo da sustentabilidade e uma busca por desmascarar os ‘falsos’ conceitos (CARVALHO, 2007).

Por fim, a sustentabilidade como categoria compreensiva para repensar o mundo. Esta aplicação vai além das anteriores ao propor que se pense a sustentabilidade como um modelo de interpretação da realidade. Neste caso, o objetivo não é atribuir um significado verdadeiro ao termo e descartar os demais, mas “reconhecer as diferentes estratégias de atribuição de sentido ao conceito e compreender que se trata de uma disputa por hegemonia na apropriação da ideia de sustentabilidade como um capital simbólico” (p. 4). A intensão é ampliar o entendimento dos contextos de construção e negociação dos sentidos, no que concerne ao termo sustentável, não se constituindo como uma busca pela neutralidade ou relativismo (CARVALHO, 2007).

No âmbito deste artigo, adota-se a terceira aplicação da sustentabilidade, mas as outras duas não são descartadas, em termos de suas existências, apenas não são o foco, diante dos pressupostos do presente estudo. A finalidade aqui é compreender as nuances, envoltas na relação, entre sociedade e natureza, desfazendo a noção de oposição entre estas. Neste sentido, contrapõe-se a ideia de que o desenvolvimento é o foco da sustentabilidade e defende-se a ideia de sociedade sustentável. Assim, o ambiente deixa de ser visto como um conjunto de recursos naturais restritos e passa a ser entendido como o espaço de atuação de humanos e não humanos, constituído historicamente e culturalmente, ou seja, um bem social (CARVALHO, 2007).

Faz-se necessário entender como a relação entre indivíduos e natureza foi e é significada em um contexto histórico e cultural. Assim, imbuir o paradigma da sustentabilidade na sociedade atual, a qual é, inerentemente, pautada pela destruição do ambiente natural, é importante para que o ser humano possa continuar a usufruir dos recursos requeridos a sua sobrevivência. Todavia, este objetivo só é possível na medida em que os hábitos das pessoas se transformarem e passarem a ser guiados por práticas voltadas a sustentabilidade.

1.2 *Triple Bottom Line* ou Tripé da Sustentabilidade

Este campo polissêmico possui vertentes que foram tomando forma ao longo do tempo. Se a priori, no relatório “Nosso Futuro Comum”, a ênfase estava no fator econômico, ou seja, desenvolver hoje e no futuro, as catástrofes ambientais, sobretudo, aquelas diretamente,

relacionadas às atividades empresariais, mostraram que o fator ambiental requeria uma atenção substancial. Além disso, houve uma transformação social resultante de um processo intenso de circulação de informações, sobretudo, via *internet*, a qual resultou em indivíduos dotados de poder informacional. Neste cenário, as pressões sociais começaram a pesar nas decisões empresariais evidenciando que existia outro fator decisivo a ser levado em consideração, a própria sociedade.

A discussão sobre a esfera social começa a ser desenvolvida por Elkington (1994). Este primeiro estudo evidencia que não é possível alcançar um desenvolvimento sustentável sem envolver as partes interessadas, os *stakeholders*. Sob a ótica do autor o desafio seria justamente envolver a cadeia produtiva e a comunidade de forma colaborativa com a empresa focal que buscasse implementar ações de responsabilidade social, à época, geralmente, focadas no meio ambiente. Partindo deste pressuposto, em 1995, foi formulado o chamado 3P - *people, planet and profit* (pessoas, planeta e lucro). Esta formulação passou a ser usada em muitos relatórios empresariais, principalmente na Holanda (ELKINGTON, 2004). Tendo como embasamento o *triple bottom line*, o qual advoga que uma sociedade sustentável é fruto de três pilares, muitos relatórios empresariais, pesquisa mercadológicas e artigos científicos foram realizados. É consenso que as três vertentes são interdependentes e que não é possível buscar sustentabilidade sem desenvolvê-las em conjunto. Como afirma Vos (2007, p. 335) esta interdependência é visível nas possíveis representações gráficas do *triple bottom line* “um ‘triângulo’, um ‘banquinho de três patas’ ou círculos sobrepostos num diagrama de Venn”. Sendo que os “três elementos podem ser descritos de forma diversa como ‘economia, meio ambiente e sociedade’ ou ‘equidade, ecologia e economia’”.

Elkington incrementa a definição inicial de sustentabilidade, como capacidade de usufruir dos recursos hoje sem comprometer a capacidade das gerações futuras de dispor deles, ao acrescentar as dimensões social (*people*), ambiental (*planet*) e econômica (*profit*). Assim, sustentabilidade passa a ser conceituada como “o princípio de garantir que nossas ações hoje não limitem o leque de opções econômicas, sociais e ambientais abertas às futuras gerações” (ELKINGTON, 1997, p. 20). Ambas as definições estão em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável. Contudo não acreditamos ser possível, hoje, balizar uma conceituação de sustentabilidade, enquanto paradigma, a partir da assunção de que as gerações futuras devem dispor das mesmas opções sociais, econômicas e ambientais que a sociedade atual dispõe. Estaríamos então engendrando uma apologia ao modelo vigente, insustentável.

1.3 A vertente “esquecida”: fator social

O fato de existirem várias definições para o termo sustentabilidade não se constitui, necessariamente, em um problema (BRYNER, 2000), ao passo que gera múltiplas possibilidades interpretativas para a mudança social. Contudo, se faz necessário entender que o termo possui vários sentidos e vertentes e fazer escolhas acerca do que se concebe enquanto sustentabilidade antes de aprofundar discussão a este respeito. Até então não dispomos de um conceito abrangente o suficiente para traduzir o que é sustentabilidade, em termos de novo paradigma. Vos (2007) afirma que apesar da abundância de conceitos, a prática da sustentabilidade, ainda, é bastante limitada.

Muitas discussões permeiam o campo relacionado à vida diária e suas nuances no vislumbre de uma sociedade sustentável. As pessoas dependem do uso de recursos para viverem nos moldes de socialização que a humanidade desenvolveu ao longo da história. A abundância de recursos ofertados pelo planeta terra mostrou-se insuficiente para manutenção do *status quo* social alcançado nas últimas décadas. Se *a priori* não se pensava que os recursos se esgotariam, sendo pautas de debate a produção de bens e serviços e a criação de demanda para estes, em meados do século XX iniciam-se as discussões acerca dos limites do crescimento. Diante de

um cenário de graves problemas ambientais começou-se a discussão sobre desenvolvimento sustentável. O intuito era possibilitar a continuidade do crescimento sem que os recursos naturais fossem comprometidos de modo que se exaurissem. Com o passar dos anos o debate foi intensificado e questionou-se se era possível haver desenvolvimento sustentável. A partir daí emergiu o termo sustentabilidade, o qual requer uma mudança nos moldes de vida.

O século XXI trouxe à baila a necessidade de sair da zona de debate e partir para busca de soluções duradouras, a tão falada sustentabilidade. Múltiplas abordagens passaram a disputar por atenção em uma arena que se tornou moda. Apesar de a sustentabilidade requerer negociar economia, meio ambiente e sociedade, se o fator econômico já era dominante e se promulgou como tal, o debate intensificou-se em relação ao aspecto ambiental, sendo enfocadas as catástrofes naturais e o estrangulamento das fontes de recursos. Neste cenário acredita-se que há uma necessidade velada de discutir o aspecto social, integrando-os, de modo que o debate gire em torno de como é possível constituir uma vida social sustentável.

Os debates no campo da sustentabilidade foram iniciados pela necessidade de resguardar recursos e espécies que estavam entrando em processo de esvaziamento e extinção, respectivamente. Os avanços na agenda levaram uma crítica sobre a significação da natureza pelos seres humanos, passando pelos ecossistemas selvagens e chegando à esfera urbana. Até que o foco de análise passou a ser voltado às inovações tecnológicas, visando possibilitar o uso de recursos ao mesmo tempo em que estes são protegidos da exaustão (EIZENBERG; JABAREEN, 2017). A evolução histórica do campo denota a preocupação com os fatores ambientais e econômicos, vislumbrando a manutenção do padrão de vida dominante até então. Tal premissa se apresenta como utópica e disfuncional, pois o próprio campo já evidenciou que não é possível manter os padrões sociais atuais e ser sustentável. Neste sentido, como afirma Åhman (2013) o fator social, precisa ser desvendado, conceituado e incluído na concepção de qualquer vislumbre para uma sociedade sustentável.

Apesar de a discussão sobre o tema ter emergido de uma preocupação com o social, a possibilidade de não haver comida para todos, este aspecto ficou menos aparente ao longo dos anos. Em geral, a vertente social da sustentabilidade só tem entrado em pauta de forma secundária, como causa ou solução para questões de cunho ambiental e não em sua importância por si só (LITTIG; GRIEBLER, 2005). Este fato se torna mais aparente em virtude das mudanças ocorridas nos padrões de vida. Se a preocupação com o fator social podia ser expressa em termos de necessidade de alimento, nos dias atuais, na maioria dos lugares isso não é mais possível. Pensar em uma sociedade sustentável remete não apenas a uma economia próspera e um ambiente natural preservado, mas também a um estado de bem-estar social.

1.4 Conceituando sustentabilidade

O estabelecimento do *triple bottom line* foi um avanço no campo da sustentabilidade. Contudo, as relações entre os pilares econômico, ambiental e social, bem como, os instrumentos de avaliação e mensuração destes não foram expressos de maneira conclusiva (LITTIG; GRIEBLER, 2005). Conforme defendido por Åhman (2013), uma necessidade expressa na literatura é a promulgação do aspecto social enquanto uma dimensão em si, tão importante quanto as outras na busca por uma sociedade sustentável. No entanto, trazer o aspecto social e conceituá-lo, individualmente, não produz avanços no campo, pois, a dissociação entre social, ambiental e econômico acarreta em indefinições. Não se pode almejar conceituar sustentabilidade sob a ótica de três pilares definindo-os de forma estanque e não integrada (EIZENBERG; JABAREEN, 2017).

Possivelmente, não há uma única conceituação para o termo sustentabilidade, mas, é imprescindível que os conceitos sejam abrangentes o suficiente para atender a diferentes contextos e momentos (VOS, 2007). Não temos a intenção de exaurir a agenda no campo, muito

menos de criar um conceito uno e que sane todas as lacunas até então existentes. Buscamos, apenas expressar o que, aqui, entendemos como sendo sustentabilidade, e, ao fazê-lo, tentamos possibilitar uma abrangência que permita a inclusão de múltiplas realidades sociais.

Ao tomarem por base um documento emitido em 2003 pelo governo do Reino Unido, Eizenberg e Jabareen (2017, p. 2) definem comunidades sustentáveis como “locais onde as pessoas querem viver e trabalhar, agora e no futuro”. Locais estes que “atendem às diversas necessidades dos residentes existentes e futuros, são sensíveis ao seu ambiente e contribuem para uma alta qualidade de vida. São seguros e inclusivos, bem planejados, construídos e administrados, e oferecem igualdade de oportunidades e bons serviços para todos”. Esta conceituação enfoca na relação intrínseca entre as pessoas e o local em que vivem (DEMPSEY; BROWN; BRAMLEY, 2012) priorizando equidade e justiça social como fatores determinantes para sustentabilidade de um local (EIZENBERG; JABAREEN, 2017), fatores estes centrais na dimensão social do *triple bottom line*.

Conforme Daly e Cobb Júnior (1994), a ideia é descentrar a mensuração de qualidade de vida enquanto aquisição de bens e serviços e, portanto, vinculada a produção econômica. Para tanto, se faz necessário, “ampliar ou melhorar o leque de escolhas das pessoas sobre como viver suas vidas, sem aumentar o consumo” (VOS, 2007, p. 337). Assim, conceituamos sustentabilidade, hoje, como o princípio que visa fazer com que as ações presentes propiciem uma mudança nos valores sociais, de modo que nossos espaços atendam às necessidades atuais e futuras, em termos econômicos, ambientais e sociais, de forma inclusiva, permitindo a melhoria na qualidade de vida de modo equitativo.

2 Em busca de um novo paradigma: teorias da prática

A discussão acerca da temática sustentabilidade vem sendo intensificada ao longo dos anos, sobretudo, nas duas últimas décadas. O tema virou “moda” e todos querem estar a par de algo relacionado a tal assunto. Os debates são acalorados e esmiúçam a necessidade de mudanças frente às demandas relacionadas ao meio ambiente, visto que os recursos naturais estão se esgotando, o que, inclusive, ameaça a existência da raça humana nos padrões que conhecemos. Neste cenário, a tomada de consciência foi colocada como “santo graal”. É como se por meio de debates e esclarecimentos as pessoas modificassem seu comportamento perante o meio ambiente. Contudo, estudiosos das práticas (SHOVE, 2010, 2012, 2012a, 2012b; SHOVE; PANTZAR e WATSON, 2012; CHAPPELLS; MEDD; SHOVE, 2013) advogam que a sustentabilidade não será alcançada pela mudança comportamental advinda da conscientização, a qual seria adquirida, principalmente, pela educação.

Existem vários estudos sendo desenvolvidos em campos distintos do conhecimento a respeito da necessidade de tornar a sociedade sustentável. Em uma arena de disputa, concepções e abordagens diversas e conflitantes emergem. Ainda assim existe um consenso: o atual padrão de vida vivenciado pela nossa sociedade é, fundamentalmente, insustentável.

Um ponto em comum dentre os estudos desenvolvidos no âmbito da sustentabilidade é a necessidade de mudança de paradigma no que diz respeito ao modo de vida das pessoas. No entanto, como existem múltiplas abordagens e olhares, são geradas proposições confusas e até opostas entre si. Este cenário resulta em uma panaceia de fatores que podem impulsionar as pessoas em direção a uma vida sustentável, mas que só o fazem no discurso, pois na prática não conseguem dar conta da mudança necessária para tanto (SHOVE, 2010). Não se negam os avanços teóricos na área, muito menos os projetos e leis que visam tornar a sociedade sustentável. O que se sinaliza é que, em alguns casos, as intenções estejam se sobrepondo a prática, isto é, em muitos casos, a indicação de fatores que acarretam a sustentabilidade não tem, necessariamente, chegado ao fim visado: uma sociedade sustentável.

Diante disso, passou-se a enfatizar que, além de apontar os fatores que conduzem à

sustentabilidade, tais como: os indicadores de sustentabilidade e a pegada ecológica, é fundamental fazer com que os indivíduos tomem consciência de seu papel. Pois, só assim estes seriam capazes de mudar seus comportamentos. Desse modo, a educação teria um papel de destaque, visto que seria o principal meio para promover a conscientização. Entretanto, abordar a sustentabilidade sob uma ótica comportamental não tem resultado em efeitos significativos. Na verdade, este processo remete a uma atribuição de responsabilidade a individualidade, o que não resulta em avanços reais, em um contexto amplo de análise (BARNES, 2001; UZZELL, 2008).

Ao fazer um exame de relatórios emitidos nas conferências mundiais, relacionadas à temática, Shove (2010) observa que estes são pautados pelo modelo ABC - *Attitude, Behavior, Change* (Atitude, Comportamento, mudança) e esquecem de outras análises possíveis. Este modelo pressupõe uma tomada de consciência dos problemas ambientais, a qual resultaria em uma atitude que enseja um comportamento favorável ao ambiente resultando em uma mudança nas escolhas individuais, sendo possível, assim, se obter como resultante a sustentabilidade. Desse modo os estudos que têm permeado a agenda de pesquisa neste campo teórico focam na tentativa de persuadir os indivíduos a empreenderem uma mudança comportamental.

Muitas das ações empreendidas pelos governantes em direção às questões relacionadas com o meio ambiente são voltadas à tentativa de educar a população no intento de que esta se conscientize de suas atitudes e modifique seu comportamento escolhendo, assim, opções de vida sustentáveis. Entretanto, tal modelo apresenta falhas, pois, ao apontar os *drivers* impulsionadores da mudança comportamental individual e ao mesmo tempo evidenciar que os comportamentos estão arraigados no contexto social, há uma incongruência nos pressupostos. Como afirma Uzzell (2008, p. 4), “tentar persuadir as pessoas a consumir e desperdiçar menos por meio de programas de mudança de comportamento não irá resolver problemas maiores e mais significativos relativos à maneira como as pessoas precisam ou pensam que precisam viver e consumir”.

As teorias da prática sugerem que a transição para a sustentabilidade na sociedade atual não está relacionada diretamente a decisões políticas que visem “persuadir os indivíduos a fazerem sacrifícios [...] ou aumentar a eficiência com que são cumpridos os padrões atuais” (SHOVE, 2010, p. 1278). Ou seja, não é a condução de mudança comportamental, sacrificando o estilo de vida, diminuindo, por exemplo, o consumo e propiciando a melhoria da eficiência no uso dos recursos, mantendo os padrões atuais que irão nos levar a uma sociedade sustentável. “Em vez disso, a inovação social relevante é aquela em que as regras atuais do jogo são corroídas; em que o *status quo* é posto em questão; e em que regimes mais sustentáveis [...] tomam posse de todos os domínios da vida diária” (SHOVE, 2010, p. 1279). Neste sentido, não se vislumbra uma mudança comportamental que possibilite a manutenção dos padrões atuais de modo eficiente e sim uma mudança de paradigma transformando a sustentabilidade em prática.

2.1 Ontologia de *sites*

Um tema central na história da teoria sociológica são as categorias conceituais sobre as quais se fundamentam as explicações sobre os fenômenos sociais. Em outras palavras, trata-se de como é possível explicar/compreender a vida social em suas várias configurações e instâncias, e que termos utilizar para realizar tal tarefa. Nesse contexto, a discussão sobre agência e estrutura é central e dissonante. Conforme Schatzki (2003, 2005) a vida social passou a ser foco de estudo a partir de meados do século XIX e os teóricos deste campo se situaram em uma de duas ontologias: individualismo e societismo.

Ao intentar explicar a vida social, os individualistas advogam que os fenômenos sociais são compostos por pessoas, individualmente ou em grupos, e suas relações. Os individualistas

puros - são exemplos: Weber (1972), Hayek (1952), Searle (1985), Simon (1947) - sustentam que “os fenômenos sociais podem ser decompostos e explicados pelas propriedades de pessoas individuais” (SCHATZKI, 2005, p. 466). Tal afirmativa passou a ser combatida por estudiosos, como: Tönnies (1955), Durkheim (1964), Blumer (1969) e Barnes (1995), os quais advertem que “muitas características dos indivíduos coletivos não podem ser tratadas como, ou ‘reduzidas’ a, conjuntos de características dos indivíduos particulares envolvidos” (SCHATZKI, 2005, p. 466). Surge, assim, uma explicação supostamente anti-individualista, a qual defende que “os fenômenos sociais podem ser adequadamente analisados e explicados apenas por referência a fatos sobre e características de coleções de pessoas (por exemplo, grupos), em oposição a pessoas individuais” (SCHATZKI, 2005, p. 466). Contudo, o que o Schatzki (2005) evidencia é que esta é uma visão mais ampla de individualismo, pois a explicação para a vida social se restringe aos indivíduos de modo coletivo.

A análise e explicação da vida social foi explicitada por fenômenos diversos, tais como: modos de produção (MARX, 1973), sociedades inteiras (MALINOWSKI, 1926), estruturas abstratas (LEVI-STRAUSS, 1963; ALTHUSSER 1970; BHASKAR 1979), discursos (FOUCAULT, 1976) e sistemas sociais (PARSONS, 1966; LUHMANN, 1984). O que se tira do societismo é que existem fenômenos sociais, sendo estes passíveis de análise, e por conseguinte, de explicação, sendo esta composta por fatores que vão além das características e relações entre as pessoas, de forma individual ou grupal (SCHATZKI, 2003, 2005).

Em termos genéricos, o debate se desenvolve em torno da dependência existente entre os termos (agência e estrutura), ora enfocando na influência de contextos sociais mais amplos na vida dos indivíduos, ora centrando no entendimento de como a ação individual pode ou não influenciar tais contextos. Tal cenário, durante muito tempo, se constituiu enquanto uma dicotomia tensa. A importância desse debate se localiza exatamente na forma como vemos e compreendemos o mundo e na margem de possibilidades que as diferentes perspectivas nos oferecem. Apesar do esforço dos societistas, o questionamento sobre o que explica a vida social continua em aberto. Conforme Schatzki (1997, p. 284) “uma reação ao enfraquecimento da dualidade tradicional tem sido o desenvolvimento de novos conceitos organizadores para teorizar a vida social”. Neste contexto, as teorias da prática emergem como uma alternativa conceitual neste campo de estudos.

Tendo com base as teorias de prática, Schatzki (2002, 2003, 2005) propõe uma ontologia societista alternativa, a qual ele chama de ontologia de *sites*. Por esta abordagem, os *sites* são conceituados como “arenas ou conjuntos mais amplos de fenômenos como parte dos quais algo – um prédio, uma instituição, um evento – existe ou ocorre” (SCHATZKI, 2005, p. 467-468). Schatzki (2002, p. 22) afirma que as ordens sociais são “os arranjos de pessoas, artefatos, organismos e coisas por meio dos quais a vida social transpira”, sendo que, estas entidades, humanas e não humanas, “se relacionam, ocupam posições e possuem significado”. Em seus estudos Schatzki (1996, 2002, 2005) tem argumentado que a existência social deve ser compreendida em termos de coexistência e que coexistência seja entendida como vidas humanas e suas relações interrelacionadas, a ponto de formar o contexto em que cada uma delas existe individualmente. Desse modo, entende-se que vida social significa coexistência, sendo esta relacionada ao contexto em que ocorre de modo intrínseco (SCHATZKI, 2003, 2005). Partindo desta ótica os fenômenos sociais “só podem ser analisados examinando onde a coexistência humana transpira” (SCHATZKI, 2003, p. 176), isto é o contexto (*site*) em que eles ocorrem.

O termo *site* quando interpretado de forma literal (local/lugar), naturalmente, remete a uma dimensão espacial, contudo, o próprio Schatzki (2005) enfatiza que os *sites* podem ser, mas não o são necessariamente espaciais. Os *sites* são compostos por nexos de práticas (SCHATZKI, 1996) e arranjos materiais (SCHATZKI, 2005). As atividades humanas acontecem no contexto de práticas sociais, sendo aquelas, intrinsecamente, parte destas, e que

as práticas sociais, juntamente com arranjos materiais, compõem o *site* (contexto) da vida social. Desse modo, as práticas “são o local, mas não o local espacial, das atividades. Na verdade, as atividades não têm um site espacial - não há nenhum tipo de espaço do qual eles são inerentemente parte” (SCHATZKI, 2005, p. 468). As ontologias desta natureza significam o social como “nexo de práticas que carregam espaços de inteligibilidade” (SCHATZKI, 2005, p. 470). Assim, a vida social pode ser explicada pelas práticas sociais e arranjos materiais que permeiam o contexto de ação.

2.2 Práticas Sociais e arranjos materiais

A teoria proposta por Schatzki (2002, 2003, 2005) tem como ponto neural a explanação de que o *site* do social “é composto de nexos de práticas e arranjos materiais” e que “a vida social transpira intrinsecamente como parte de tais nexos”. Conforme Schatzki (2001a), as práticas constituem o contexto principal das ordens sociais, atuando de modo a moldar ações e significados. Tal argumentação coloca as práticas como moldes para a inteligibilidade prática que regula as atividades e institui os significados. Contudo, as atividades humanas não acontecem em um contexto estritamente humano, estas se entrelaçam com constelações ordenadas de entidades não humanas. Portanto, o entendimento das práticas requer a compreensão de configurações materiais (SCHATZKI, 2001b).

Utilizando a conceituação de Reckwitz (2002), as práticas são tipos de comportamento rotineiros constituídos por vários elementos interligados entre si, tais como: as formas de atividades corporais e mentais, as coisas e sua utilização, os conhecimentos e sua forma de compreensão e os estados emocionais e motivacionais. Dessa forma, entende-se que a própria existência de uma prática, como o consumo, por exemplo, só é possível se houver uma coordenação (consciente ou não) de corpos, mentes, tecnologias e recursos, não havendo a possibilidade de reduzi-la a algum destes elementos isoladamente. Assim, a compreensão da dinâmica de uma prática não pode ser restrita apenas ao comportamento de uma pessoa; esta requer a conceituação e entendimento de todos estes elementos, das relações entre eles e da integração entre eles na composição da mesma.

Em uma conceituação simples, práticas são entendidas como atividades humanas organizadas (SCHATZKI, 2003, 2005). Contudo, esta organização das atividades humanas envolve uma complexidade de fenômenos. Assim, qualquer prática é constituída por um conjunto aberto de ações organizadas espaço-temporalmente. Este conjunto de ações que compõem as práticas é composto e organizado por três fenômenos: regras; entendimentos e estruturas teleoafetivas (SCHATZKI, 2002, 2003, 2005).

As regras são conceituadas como “formulações explícitas, princípios, preceitos e instruções que impõem, direcionam ou relembram as pessoas a realizar ações específicas” (SCHATZKI, 2002, p. 79). As regras são compostas pelo conjunto de documentos que normatiza a agência, tais como: regulamentos, manuais e normas, ou seja, são os parâmetros formalizados que servem como guia para as ações empreendidas no contexto de determinada prática.

Entendimentos são as inteligibilidades possíveis no contexto de uma prática. Schatzki (2002, p. 77) afirma “Por entendimentos, quero dizer certas habilidades que pertencem a ações que compõem uma prática”. Os entendimentos ou possíveis inteligibilidades não são constituições interpretativas de pessoas individuais. Estes devem ser percebidos como um aspecto, inerente a prática, que os praticantes dão continuidade (SCHATZKI, 2003). Desse modo, os “entendimentos relevantes são aqueles realizados nas práticas que os atores envolvidos continuam” (SCHATZKI, 2003, p. 183). Ou seja, entendimentos são significados existentes no contexto da prática que seus praticantes promulgam, sendo considerados mais relevantes aqueles que tem sua continuidade perpetuada por mais tempo.

As estruturas teleoafetivas são conceituadas como sendo “uma série de fins, projetos, usos (de coisas) e até emoções que são aceitáveis ou prescritas para os participantes na prática” (SCHATZKI, 2005, p. 471-472). Uma estrutura teleoafetiva reúne finalidades, projetos e ações normatizados e ordenados, podendo, inclusive, estarem atrelados a emoções. Em toda prática “uma série de combinações tarefa-projeto é executada ou aceita [...] por causa de fins prescritos ou aceitáveis, como fazer lucro, ganhar interesse, ganhar acesso ao capital e garantir a promoção” (SCHATZKI, 2003, p. 192), entre outros, a depender do contexto. Assim, a estrutura teleoafetiva é o conjunto de ações aceitas tendo com foco um fim, ou seja, o grupo percebe certas tarefas como meios para alcançar um fim proposto no contexto da prática que está sendo continuada.

Não se tem a intensão de excluir os indivíduos da composição das práticas e, por conseguinte, da vida social. O que se argumenta é que a tomada de decisão tendo em vista a execução de tarefas específicas não é individualizada. “As ações que compõem uma prática são, com certeza, realizadas por indivíduos específicos. Mas a organização de uma prática não é um conjunto de propriedades de indivíduos específicos” (SCHATZKI, 2003, p. 192). Os indivíduos são sim os agentes, mas esta ação é normatizada e regulamentada pela prática em execução. “Uma prática é organizada por uma série de inteligibilidades, regras, fins, projetos e maneiras pelas quais as coisas são importantes. Essa matriz é distinta e incorporada de maneira diferente às mentes dos participantes” (p.192). Desse modo, entendimentos, regras e estruturas teleoafetivas atuam constituindo as práticas e cada indivíduo internaliza tais componentes de modos diversos.

Além das práticas existe outro componente no *site* da vida social: os arranjos materiais. As ações dos indivíduos além de serem normatizadas pelas práticas são dependentes de arranjo entre eles e artefatos não humanos. Os arranjos materiais envolvem as configurações de objetos, artefatos, pessoas, organismos e coisas (SCHATZKI, 2005). As pessoas vivem no contexto de organizações, sejam estas formais ou informais, as quais possuem artefatos que norteiam a ação, tais como, organogramas e fluxogramas, layouts, passagens, escritórios, mesas e cadeiras, pessoas, entre outros. O conjunto destes artefatos constitui os arranjos materiais.

Práticas e arranjos materiais não são conceitos estanques, eles se constituem mutuamente. O *site* da vida social se desenvolve por meio de uma malha de práticas e arranjos (SCHATZKI, 2005). Desse modo, “as práticas transpiram nesses arranjos e são moldadas de várias maneiras por eles, assim como os arranjos formam as configurações das práticas e são, em diferentes graus, configurados e alterados dentro delas” (SCHATZKI, 2003, p. 195). Ou seja, à medida que as práticas são possibilitadas e modeladas pelos arranjos materiais, elas atuam de modo a ressignificá-los e reestruturá-los.

3 Sustentabilidade enquanto Prática Social

Existem várias interpretações a respeito de como os governos devem atuar a fim de influenciar a forma de agir das pessoas, visando à sustentabilidade, bem como, diversas discussões sobre como fatores culturais influenciam ou não neste processo de busca pela sustentabilidade. A existência de múltiplas abordagens acerca do tema deveria contribuir para os avanços conceituais e, sobretudo, práticos na área de sustentabilidade. Contudo, os discursos sobre a “mudança estão situados dentro de uma bolha no espaço intelectual, protegida e isolada dos desenvolvimentos conceituais em outros lugares nas ciências sociais” (SHOVE, 2012b, p. 2). O surgimento ou desaparecimento de arranjos sociotécnicos é algo construído no tempo e no espaço por meio dos significados que vão sendo formados coletivamente. As sociedades já utilizaram arranjos sociotécnicos sustentáveis. Entretanto, ao longo do tempo as práticas foram sendo ressignificadas e arranjos não sustentáveis ganharam espaço e são as formas mais presentes no dia a dia dos indivíduos atualmente (SHOVE, 2012). Assadourian (2013) afirma

que a primeira geração de operários preferia trabalhar menos horas a receber aumentos e adquirir bens de consumo. Este cenário foi se modificando ao longo do tempo, visto que as pessoas foram se acostumando com os produtos inseridos no mercado. Atualmente, em algumas realidades, pode-se perceber uma tendência de inversão desta percepção, levando muitas pessoas a se questionarem acerca do sistema no qual estão inseridas. Contudo, este processo é lento e envolve múltiplos fatores. Neste sentido, observa-se que ao longo do tempo vão ocorrendo transformações nos entendimentos acerca do que é necessário ou desejável à sobrevivência humana.

Ao discutir a questão das mudanças climáticas, observa-se que mesmo os gestores estando conscientes da necessidade de reduzir a emissão de dióxido de carbono, por exemplo, buscando direcionar as ações das pessoas para uma vida sustentável, os resultados alcançados, ainda, são irrisórios. Muitos estudos focam as ações e atitudes individuais como forma de entender a sustentabilidade. Shove (2012b) propõe um deslocamento de foco, colocando a articulação decisória para tornar a sustentabilidade uma prática social no centro do debate. O que se propõe é que ao invés de tentar influenciar as atitudes individuais, se busque entender como foi que as práticas intensivas em uso de recursos foram disseminadas, ganhando adeptos que as promulgam diariamente e como elas se transformam ao longo do tempo e espaço (SHOVE, 2012a).

Neste sentido, Chappells, Medd e Shove (2013) defendem que a agenda de pesquisa sobre a sustentabilidade deve buscar compreender como é possível redefinir os valores negociados coletivamente e as expectativas dos indivíduos em relação à oferta de bens e serviços, ou seja, como transformar os fundamentos da orientação que está sendo reproduzida cotidianamente na sociedade. Assim, Shove (2010, 2012, 2012a, 2012b) defende que para tornar a sustentabilidade popular, em termos de disseminação em múltiplos contextos sociais, é necessário articular as implicações políticas de forma que esta se torne uma prática social (RECKWITZ, 2002; SCHATZKI; CETINA; SAVIGNY, 2001), em vez de se configurar, apenas, como isoladas ações e atitudes individuais.

Tomando como base para ilustração a prática do consumo, por ela ser um aspecto importante para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, visualiza-se que o consumo possui vários aspectos habituais, os quais devem ser compreendidos. Grande parte do consumo é habitual e recorrente, portanto, as estratégias para orientar a agência dos atores em direções sustentáveis precisam levar em consideração estes aspectos. Em muitas decisões, as pessoas não fazem análises racionais em busca da melhor alternativa, em termos de custo-benefício, elas seguem padrões na maioria das vezes ditados pela família, amigos, vizinhos, mídia e até modismo do momento social vivido. Assim, não faz sentido a tentativa de influenciar as pessoas, por meio, apenas, de fatores como preço e persuasão, a tomarem decisões que visem à sustentabilidade (SHOVE, 2012b). É preciso entender quais hábitos levam as pessoas a fazerem o que fazem e como disseminar hábitos voltados para escolhas sustentáveis.

A criação de regras e proibições não acarreta a diminuição no uso de recursos; isto depende dos significados atribuídos pelos atores à atividade que está sendo proibida. O hábito se refere a práticas que os indivíduos se comprometem a reproduzir de forma consistente e recorrente (SHOVE, 2012a). Ao estudarem a proibição do uso da mangueira, Chappells, Medd e Shove (2011) evidenciaram que esta proibição não gerou mudanças significativas nas atitudes e percepções das pessoas acerca das implicações do uso da água. Os indivíduos atribuem múltiplos significados às atividades que utilizam a mangueira extensivamente, como a jardinagem. Estes significados refletem a dinâmica familiar. Os resultados do estudo mostraram que, em famílias que tem o jardim como um fardo, a proibição da mangueira serviu como uma desculpa para não o aguar; em contrapartida, em famílias em que houve esforços e gasto para criar uma horta ou manter o jardim sempre bonito, as pessoas passaram a utilizar o regador, de modo que, não é possível afirmar que houve redução no consumo de água. Talvez este, até,

tenha aumentado (CHAPPELLS; MEDD; SHOVE, 2011).

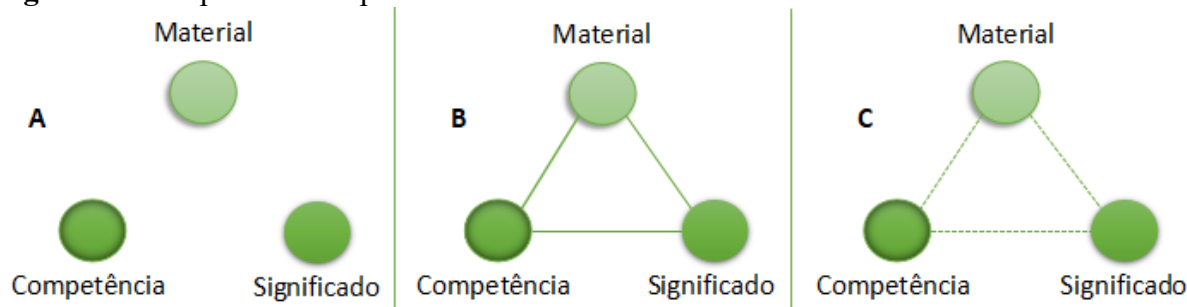
O modo como os indivíduos usufruem dos recursos está associado diretamente ao engajamento que eles possuem com o desempenho de suas atividades. A fim de modificar as práticas de utilização de recursos é necessário promover a renegociação dos hábitos intensivos em recursos, erradicando-os e impulsionando o surgimento de hábitos sustentáveis. Assim, o processo de mudança nas práticas cotidianas é fundamentalmente discursivo, convidando as pessoas a refletirem e se questionarem sobre suas ações e seus estilos de vida. Por meio deste questionamento é possível negociar os significados atribuídos ao modo como os recursos são utilizados e discutir meios para que as pessoas se tornem menos dependentes de infraestruturas e modos de vida insustentáveis (CHAPPELLS; MEDD; SHOVE, 2011).

O foco de entendimento da sustentabilidade deixa de ser o indivíduo e passa a ser as práticas, visto que o engajamento das pessoas se dá no nível das práticas disseminadas no tempo e espaço no contexto sociocultural. Apesar de esta abordagem deslocar o ser humano do centro do debate, colocando as práticas com sendo este fator central, são os praticantes que “reproduzem simultaneamente as práticas em que estão engajados e os elementos de que essas práticas são feitas” (SHOVE, PANTZAR, WATSON, 2012, p. 22). As práticas são constituídas a partir da interação de três elementos: os materiais, as competências e os significados, os quais existem isoladamente, mas só se estabelecem enquanto prática quando estão imbricados.

Os materiais são constituídos por “objetos, infraestruturas, ferramentas, hardwares e do próprio corpo” do indivíduo, ou seja, são os recursos tangíveis à disposição do ator. As competências englobam as “múltiplas formas de entendimento e a cognoscibilidade prática”, isto é, tudo que o ator compreende e tem conhecimento sobre o que faz. Já o significado é um termo usado “para representar o significado social e simbólico de participar a qualquer momento”. Neste sentido, o significado diz respeito à significação atribuída pelo ator a sua participação em algo (SHOVE, PANTZAR, WATSON, 2012, p. 23). Os elementos componentes da prática estão representados na figura 2.

No momento **A** os elementos existem, mas não existe interação entre os elementos (material, competência e significado) e, portanto, há potencial para uma prática, contudo ela ainda não foi constituída. Ao passo que determinado material for usado em prol de realizar algo por meio de uma competência que o ator possui fazendo uso de uma significação atribuída a esta participação da atividade, temos a constituição de uma prática. Assim, a prática existe a partir do momento em que material, competência e significado são integrados, o que se visualiza no instante **B**. Entretanto, mudanças no tempo e espaço podem e ocasionam a desintegração destes elementos, o que acarreta o rompimento na prática e pode levar ao surgimento de outra prática. Isto é o que se observa no momento **C**. Assim, a própria vida passa a ser entendida como uma sucessão de práticas com as quais as pessoas se engajam em virtude dos discursos que dão maior ou menor ênfase a aspectos diversos em determinados espaços temporais e locais.

Figura 2 - Componentes da prática



Fonte: Adaptado de Shove, Pantzar e Watson (2012, p. 25).

Assim, para termos a sustentabilidade, mostra-se necessário que atitudes sustentáveis passem a fazer parte do dia a dia das pessoas, como ações cotidianas e rotineiras, que compõem seus hábitos. Sabendo-se que o exercício das tarefas diárias está condicionado à existência de materiais e infraestruturas adequados, e que a incorporação de novos hábitos ocorre por meio do processo de significação de entendimentos a respeito das práticas existentes. Defende-se que uma das formas de possibilitar que as pessoas adotem atividades mais sustentáveis é lhes proporcionar a vivência com tarefas menos intensivas em recursos.

Referências

- ÅHMAN, H. Social sustainability – Society at the intersection of development and maintenance. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, 2013, 18, 1153–1166.
- ASSADOURIAN, E. Reconstruindo Culturas para Criar uma Civilização Sustentável. In: ASSADOURIAN, E.; PRUGH, T. **Estado do mundo 2013: A Sustentabilidade Ainda é Possível?** Salvador: Worldwatch Institute, 2013.
- BARNES, B. **Practice as collective action**. In: SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. V. *The Practice Turn in Contemporary Theory*. London and New York: Routledge, 2001.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality**. New York: Doubleday, 1967.
- BRYNER, G.C. **Gaia's Wager: Environmental Movements and the Challenge of Sustainability**. Rowman & Littlefield, New York, 2000.
- CARVALHO, I. C. de M. Qual Educação Ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental popular e extensão rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.2, abr/jun, 2001.
- CARVALHO, I. C. de M. Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas. Texto elaborado para subsidiar participação na mesa redonda do **III Colóquio Sul Brasileiro de Educação Ambiental** em 05/11/2007. Disponível em: < http://www.isabelcarvalho.blog.br/pub/artigos/ea_sociedades_justas.pdf >. Acesso em: 20 de Outubro de 2014.
- CHAPPELLS, H.; MEDD, W.; SHOVE, E. Disruption and change: drought and the inconspicuous dynamics of garden lives. **Social & Cultural Geography**, 2013, 12:7, 701-715.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. (1988). Disponível em: < <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm> > Acesso em: 20 de Outubro de 2014.
- DALY, E. D.; COBB JÚNIOR, J. B. **For the Common Good: Redirecting the Economy Toward Community, the Environment, and a Sustainable Future**. Beacon Press, Boston (1994).
- DEMPSEY, N.; BROWN, C.; BRAMLEY, G. The Key to Sustainable Urban Development in UK Cities? The Influence of Density on Social Sustainability. **Progress in Planning**, 2012, 77, 89–141.
- EIZENBERG, E.; JABAREEN, Y. Social Sustainability: A New Conceptual Framework. **Sustainability**, 2017, 9, 68.
- ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, 1994, 36(2), 90-100.
- ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone, 1997.

ELKINGTON, J. Enter the triple bottom line. In: HENRIQUES, A.; RICHARDSON, J. (Eds.). **The triple bottom line, does it all add up?** London: Earthscan, 2004.

ENGELMAN, R. Além do Blablá da Sustentabilidade. In: ASSADOURIAN, E; PRUGH, T. **Estado do mundo 2013: A Sustentabilidade Ainda é Possível?** Salvador: Worldwatch Institute, 2013.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. IX-XXII.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. S. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. **Academy of Management Review**, New York, v. 20, n. 4, p. 874-907, Oct. 1995.

GERLACH, A. **Sustainability entrepreneurship in the context of emissions trading.** In: ANTES, R., HANSJÜRGENS, B.; LETMATHE, P. Emissions Trading and Business. Heidelberg: Physica-Verlag, 2006. p. 73-91.

LITTIG, B.; GRIEBLER, E. Social sustainability: A catchword between political pragmatism and social theory. **Int. J. Sustainable Development**, 2005, vol. 8, 65–79.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

SCHATZKI, T. R. **Social practices: A Wittgensteinian approach to human activity and the social.** New York: Cambridge University Press, 1996.

SCHATZKI, T. R. Practices and actions: A Wittgensteinian critique of Bourdieu and Giddens. **Philosophy of the Social Sciences**, 1997, 27: 283-308.

SCHATZKI, T. R. **Practice mind-ed orders.** In: SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. V. *The Practice Turn in Contemporary Theory.* London and New York: Routledge, 2001.

SCHATZKI, T. R. **Introduction: practice theory.** In: SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SCHATZKI, T. R. **The site of the social: A philosophical exploration of the constitution of social life and change.** University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 2002.

SCHATZKI, T. R. A new societist social ontology. **Philosophy of the Social Sciences**, 33/2: 174–202, 2003.

SCHATZKI, T. R. The sites of organizations. **Organization Studies**, v. 26, n. 3, p. 465-84, 2005.

SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. V. **The practice turn in contemporary theory.** London: Routledge, 2001.

SHOVE, E. Beyond the ABC: climate change policy and theories of social change. **Environment and Planning A**, 42, nº 6, 2010.

SHOVE, E. The shadowy side of innovation: unmaking and sustainability. **Technology Analysis & Strategic Management**, 2012, 24:4, 363-375.

SHOVE, E. Putting practice into policy: reconfiguring questions of consumption and climate change. **Journal of the Academy of Social Sciences**, 2012a.

SHOVE, E. Habits and Their Creatures. In: WARDE, A.; SOUTHERTON, D. *The habits of consumption.* Helsinki: Collegium, 2012b, Vol. 12, p. 100-113.

SHOVE, E.; PANTZAR, M.; WATSON, M. *The Dynamics of Social Practice: Everyday life and how it changes.* London: Sage, 2012.

UZZELL, D. Challenging Assumptions in the Psychology of Climate Change. 2008. Disponível em < https://www.psychology.org.au/inpsych/challenging_assumptions/ >. Acesso em: 11 de janeiro de 2016.

VOS, R. O. Perspective Defining Sustainability: a conceptual orientation. **Journal of Chemical Technology and Biotechnology**. 2007, 82:334–339.